

Eu é sempre um outro

Me is always an Other

Manolo Kottwitz, Murilo Cavagnoli

Resumo

O artigo explora potências da criação literária à invenção de modos de existência, em diálogo com as noções esquizoanalíticas de subjetivação, literatura menor, máquina de guerra, agenciamento, experiência e desterritorialização. Amparados em perspectiva metodológica rizomática e na leitura transversal, situamos estas noções em constante jogo com o ato de escrever e com referências literárias, considerando o encontro com a alteridade literária como plano de fabulação de máquinas que agenciam modos outros de enunciação e possibilitam a composição de devires na medida em que ativam forças intensivas para produzir singularidades. Em uma contemporaneidade que aperfeiçoa meios de serialização das subjetividades e formas de cafetinagem da pulsão vital coletiva, a escrita pode atualizar, na experimentação criadora, forças desejantes que pedem passagem diante da asfixia imposta pelos códigos dominantes.

Palavras-chave

Literatura Menor; Esquizoanálise; Subjetivação; Criação.

Abstract

The article explores the potential of literary creation to the invention of modes of existence, in dialogue with schizoanalytic notions of subjectivation, minor literature, war machine, agency, experience and deterritorialization. Supported by methodological rhizomatics and transversal reading, we place these notions in constant play as the act of writing and with literary references, considering the encounter with the literary alterity of the fabulation of machines that manage other modes of enunciation and enable the composition of becomings as they activate forces in the production of singularities. In a contemporaneity, it perfects means of serialization of subjectivities and forms of pimping the collective vital drive, writing can update, in the creation, desiring forces that ask for passage in the face of the asphyxia imposed by the dominant codes.

Keywords

Minor Literature; Schizoanalysis; Subjectivation; Creation.

Manolo Kottwitz

**Conatus Clínica
Transdisciplinar**

Professor, esquizoanalista, agente cultural. Bacharel em Artes Cênicas, Especialista em Artes Híbridas e Mestre em Psicologia Social e Cultura.

manolo.kottwitz@gmail.com

Murilo Cavagnoli

**Conatus Clínica
Transdisciplinar**

Professor, psicólogo, esquizoanalista. Especialista em Psicologia Social, Mestre e Doutor em Psicologia.

murilocavagnoli@unochapeco.edu.br

Introdução

A criação literária nos coloca em frente a determinados problemas. Pensar a escrita ou produzir escrituras implica, antes de tudo, uma condição de separação, uma crise, uma cisão entre aquilo que éramos e aquilo a que estamos em vias de diferir. Pode-se inventar no encontro com as palavras e em sua criação, uma nova língua, isto é, um novo modo de dizer o mundo, ou ainda, coloca-se em jogo a produção e a duração de elementos que vêm habitar uma certa paisagem subjetiva. Propomo-nos, a partir dessa perspectiva, analisar as potências da criação literária como modo de ativar o campo de forças intensivas da vida à produção de resistências frente às capturas e serialização das subjetividades contemporâneas.

A construção deste ensaio teórico é amparada por uma concepção da pesquisa como série de atos transversalizados pela atividade criadora (ZANELLA; SAIS, 2008; GROOF; MAHEIRIE; ZANELLA, 2010). Criar envolve, na investigação, movimento contínuo de implicação dos investigadores com sua problemática e o campo de forças que a constitui. É processo heterogenético impulsionado por encontros com uma realidade que difere. Tais encontros permitem a emergência de uma trama movente, aberta a muitos caminhos, experiências e incertezas próprias à negociação de sentidos, que enriquecem os contornos do real apreensível e oferecem novas possibilidades ao pensamento.

A fabulação como força motriz do pensamento foi amparada pela perspectiva rizomática que a cartografia oferece (KASTRUP; ESCOSSIA; PASSOS, 2009; PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014), a partir de uma leitura transversal (PRADO FILHO, 1998). Este modo de produção de conhecimento consiste em tomar obras de referência como interlocutores dialógicos, criando movimentos, engendrando cortes e novas conexões, explorando o modo como as ideias e definições se relacionam e como posicionamentos distintos em textos distintos resultam em diferentes leituras. No processo de produção desta pesquisa e composição deste ensaio, algumas obras, indicadas em nossas referências, tornaram-se intercessores imprescindíveis ao desenvolvimento de análises e discussões que tensionam os modos de se pensar a criação literária, no encontro com as lentes Esquizoanalíticas.

Literatura menor e produção de subjetividade

A subjetividade, modo de pensar, sentir e agir, enquanto individuação que persevera em sua configuração, em seus sentidos e expressões, é aqui compreendida como produção ininterrupta, que tem sua gênese transversalizada por equipamentos coletivos de subjetivação, determinantes pré-pessoais que modulam os modos de existir.

Para Deleuze e Guattari (1997a), a própria realidade é provisória, pois toma forma e perdura na consolidação de instituições, saberes e poderes correlatos, formas de governamentalidade e maquinações desejantes, engendradas pela axiomática capitalística, de maneira rizomática. O diagrama das formas constituídas sustenta a possibilidade de existência a certos “perfis de subjetividade” (ROLNIK, 1997), como efeito de uma conexão particular entre um vivente e estes múltiplos sistemas de enunciação, experiências, encontros, afetos e ideias. São estes agenciamentos singulares que uma vida é capaz de compor, no constante encontro com a realidade, que produzem, caso a caso, um território existencial (DELEUZE; GUATTARI, 1997a).

Uma subjetividade, uma individuação humana, portanto, é efeito provisório da territorialização de um plano coletivo de subjetivação, no qual a alteridade (humana e não humana) não pode ser cindida daquilo que costumamos compreender por interioridade, daquilo que nos permite dizer Eu. É neste sentido que Simondon nos propõe compreender o indivíduo não

1

Foucault (1993) define dispositivo como um conjunto heterogêneo que abrange: “[...] discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (p. 244).

2

Para Deleuze e Guattari (1997, p. 185) “o que ocupa o espaço liso são as, intensidades, os ventos e ruídos, as forças e as qualidades tácteis e sonoras, como no deserto, na estepe ou no gelo”.

como átomo, único e indivisível, mas sim enquanto existência indivisível daquilo que a compõem, individualização metaestável, que varia numa série interminável de estados de equilíbrio parciais e nunca dissociáveis de um fora constitutivo do dentro (SIMONDON, 2003).

Tal perspectiva, ao mesmo passo em que nos faz perceber uma miríade de possibilidades para transfiguração dos modos de ser, pensar e agir, também nos sinaliza os riscos de uma possível serialização das subjetividades, quando o próprio diagrama de forças constitutivo do real se dispõe como vasto mercado, delineando modos de existência prontos para consumir. Assim, “o desejo se conecta a produtos que o mercado oferece para todos os gostos e segmentos sociais” à medida em que “tais produtos consistem em narrativas que transmitem imagens de mundos, sempre apresentados em cenários protagonizados por personagens idealizados” (ROLNIK, 2019, p.74).

Esta mimetização das formas valoradas como adequadas pelo capital, pela mídia e até mesmo pelas artes - em sua versão *prêt-à-porter*, prontas para consumir - é o que separa a vida do que ela pode e torna a existência singular uma máquina copiadora, afoita por incorporar a si a imagem do pensamento pré-fabricado. Assim, confunde-se a serialização da vida com a potência de invenção do próprio real, que diferenciam qualitativamente o pensamento da simples reconhecimento (DELEUZE; GUATTARI, 1992).

Dispositivos¹ de subjetivação neoliberais contemporâneos provocam deliberadamente confusões entre criar e inovar. Para Rolnik (2019), enquanto a criação remete a invenção de novos modos de existência implicados eticamente na produção de uma vida coletiva que afirma sua potência de transmutação, a ideia de inovação expressa a máxima cafetinagem da pulsão criadora pela máquina capitalística, na medida em que captura e põe a vida à serviço da reprodução de fluxos monetários, informacionais, políticos, morais, midiáticos e identitários que nos enclausuram.

Desse modo, o ato de criação está diretamente implicado na recusa da serialização das subjetividades e da cafetinagem de nossa potência de vida, produzindo movimentos de resistência a partir da invenção de outros modos de existir e habitar outros mundos possíveis, menos asfixiados pelos códigos serializantes (ROLNIK, 2019). Assim, compreendemos que há uma dimensão política no fazer das artes (RANCIÈRE, 2012), que ganha visibilidade quando a criação nos permite embaralhar fronteiras entre os que pensam e agem, entre as identidades já contadas e seus lugares consensuais, entre o real consensual e a ficção que opõem um mundo comum possível em relação a outro naturalizado e desigual.

Tal movimento convoca uma capacidade para produzir ruptura com as hierarquias prescritivas da representação e a montagem de uma experiência que permita o livre jogo entre racionalidades e afetos, na configuração de um mundo por vir. “A arte grava na superfície da obra a imanência do *phatos* no logos, do impensável no pensamento” (RANCIÈRE, 2014, p. 16).

Para Deleuze e Guattari (1976; 1997a; 2014) e Guattari (1992; 1998), existe uma concatenação entre as máquinas revolucionárias e artísticas. Em Kafka: para uma literatura menor (2014), os autores exploram possíveis devires políticos da literatura, desenvolvendo a noção de literatura menor.

Uma literatura menor não pertence a uma língua menor, mas, antes, à língua que uma minoria constrói numa língua maior. E a primeira característica é que a língua, de qualquer modo, é afetada por um forte coeficiente de desterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p.38).

Desterritorialização é o movimento através do qual rompemos os contornos bem delineados de um determinado território, produzindo linhas de fuga que possibilitem um encontro com o fora deste território, alavancando devires possíveis. Um território existencial, por definição (GUATTARI; DELEUZE, 1997b), é composto pelo emaranhamento de uma miríade de códigos, axiomáticas e intensidades afetivas. A composição de uma forma a um território existencial, que resulta no reconhecimento identitário, em uma desaceleração no devir, é transversalizada pelas formas hegemônicas e consensuais de enunciar o real. A língua, enquanto conjunto de vetores a significação dos modos de ser e da vida coletiva, é central na configuração de territórios existenciais na medida em que a relação com ela estabiliza ou desestabiliza sentidos e expressões, formas e conteúdos. Desterritorialização, portanto, é processo implicado no tensionamento destes códigos, compondo com forças ainda não agenciadas a um certo território existencial, de modo a permitir o rearranjo destas conexões, que caracteriza o devir. Devir, tornar-se outro em relação ao território existencial já conformado e sobrecodificado, demanda movimento singular:

“É que devir não é imitar algo em alguém, identificar-se com ele [...]. Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, dentre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos” (GUATTARI; DELEUZE, 1997b, p.64).

Devir, portanto, é experimentar relações com forças que nos desestabilizam por sua intensidade, em uma operação não de cópia, nem de identificação, mas de contágio, que promove desterritorialização em meio ao embaralhamento de fronteiras. Devemos considerar, entretanto, que a desterritorialização não é, em absoluto, sempre positiva, podendo não ser efetuada à medida em que fluxos reativos do desejo podem sobrepor-se às forças ativas, bloqueando as linhas de fuga e a possibilidade do devir, barrando a possibilidade de se experimentar outros modos de vida que não sejam pautados pela lógica neoliberal (DELEUZE; GUATTARI, 1997b).

Assim, consideramos que o devir é sempre minoritário, pois não se trata necessariamente de uma mera reterritorialização a partir do agenciamento de códigos dados, mas, antes, da experimentação de forças naturantes, forças qualificadas “pelo desvio que as separa desse ou daquele axioma que constitui uma maioria redundante” (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 185). O devir nunca opera em sentido contrário, quer dizer, não se pode devir maioria. Não é possível, por exemplo, devir-homem, “uma vez que o homem se apresenta como uma forma de expressão dominante que pretende impor-se a toda matéria, ao passo que mulher, animal ou molécula têm sempre um componente de fuga que se furta à sua própria formalização” (DELEUZE, 1997, p.11). Nesse sentido, um devir é sempre minoritário porque escapa dos modos hegemônicos e capturados de ser que estão a serviço da reprodução de um status quo que imprime danos a uma grande parcela da população e que tem como efeito a precarização da vida coletiva. “Um devir minoritário só existe através de um termo *medium* e de um sujeito desterritorializados que são como seus elementos. Só há sujeito do devir como variável desterritorializada da maioria” (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 89).

Minoritário e menor, na perspectiva que os autores colocam, não se referem ao quantitativo, nem ao numerável. Antes, dizem respeito ao modo como as conexões se produzem entre os elementos em jogo.

Uma minoria pode ser numerosa ou mesmo infinita; do mesmo modo uma maioria. O que as distingue é que a relação interior ao número constitui no caso de uma maioria um conjunto, finito ou infinito, mas sempre numerável, enquanto que a minoria se define como um conjunto não numerável, qualquer que seja o número de seus elementos. O que caracteriza o inumerável não é nem o conjunto, nem os elementos; é antes a conexão, o “e”, que se produz entre os elementos, entre os conjuntos, e que não pertence a qualquer dos dois, que lhes escapa e constitui uma linha de fuga (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p.186).

Podemos dizer, então, que a atividade de criação literária, quando não orientada pelos modos de produção *prêt-à-porter* da lógica neoliberal, nos implica em um devir e nele se explica, como na fórmula de Rimbaud (*apud* DELEUZE; GUATTARI, 1992): “Eu é um outro”, colocando-nos na dimensão da alteridade e do delírio. O sentido de delírio é compreendido aqui enquanto linha que se pode traçar para fazer fugir as estratificações do sujeito codificado sob a insígnia do *Eu* serializado, ou seja, pelo desvio que é capaz de produzir em relação a um ou outro código identitário, um axioma. Como propõe Deleuze (1997), “escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em vias de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. É um processo, ou seja, uma passagem de Vida que atravessa o vivível e o vivido” (p.11).

Esta cisão entre mundos, das figuras que os habitam e a travessia em que somos lançados, nos leva a aproximar as noções de delírio e crise, sendo esta última um elemento fundamental que é, ao mesmo tempo, efeito e disparador dos processos de criação. Não tratamos do delírio, aqui, enquanto estado clínico de uma subjetividade adoecida, mas como um procedimento que dá à escrita a sua potência criadora, como um “processo que arrasta as palavras de um extremo a outro do universo” (DELEUZE, 1997, p. 11): delírio como procedimento do devir, fluxo intensivo que arranca a linguagem das estratificações e produz desvios em relação aos códigos significantes da língua hegemônica.

A noção de crise nos parece confluyente com a noção de criação, não apenas por remeter a um mesmo radical gramatical. A palavra *crise* diz sobre um momento de mudança súbita e que exige uma postura imediata para com a vida em uma escolha ética, uma decisão necessária que fará emergir uma nova potência vital a partir de uma fratura, um ponto de transposição em que se sai, inevitavelmente, de um lugar seguro para um outro que é desconhecido. A crise, que exige uma tomada de posição frente àquilo que varia e faz variar, nessa perspectiva, é tida como elemento ontogenético da criação e esta, por sua vez, se apresenta como um movimento necessário à vida, para que ela não sucumba à aniquilação da potência pelas forças da crise que age e faz agir, possibilitando, desse modo, a experimentação de linhas de fuga.

Neste movimento de fugir e fazer fugir somos lançados a uma nova potência de existir, pois nas palavras rachadas nos encontramos com o outro do qual diferimos. Trata-se de uma experiência limite, que nos coloca em relação a uma exterioridade, portanto, nos expõe ao perigo da alteridade. Não nos referimos, aqui, sobre um perigo real de aniquilação do corpo e da vida que o contempla, mas sobre a possibilidade de se experimentar outros arranjos, imprevistos e imprevisíveis, que compõem a própria lógica da experiência.

Se concordamos que a experiência literária coloca em jogo um processo de deslocamento, que é também a própria produção dessa travessia, entendemos que as forças que a produzem constituem um contra-dispositivo que atualiza condições para a emergência de novos modos de vida, na medida em que configura uma passagem entre um antes e um depois. Na experiência da escrita, ao mesmo tempo em que algo passa, algo nos passa e,

neste encontro, a palavra se torna corpo quando conquista a potência para se agenciar com o mundo e nos tornar sensíveis aos afetos que, sem o acontecimento da própria escrita, não teriam condições de passagem. Nessa potência de agenciamentos possíveis é que se encontra condição para a produção de diferença, visto que “um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 16).

Nesta capacidade de lançar-nos ao fora é que reside a potência transformadora da escrita como contra-dispositivo de experimentação do devir, como afirma Deleuze, “a escrita é inseparável do devir” (1997, p. 11). O aumento das conexões entre o sujeito com o seu fora, proporcionado pela criação literária, é também um modo de criar para si um Corpo Sem Órgãos, “um corpo afetivo, intensivo, anarquista, que só comporta pólos, zonas, limiares e gradientes” (DELEUZE, 1997, p. 168). É na produção deste corpo que se encontra a condição de passagem de um território conhecido para um desconhecido. Experimentar a escrita é aventurar-se na travessia.

Experimentar a escrita como processo de desterritorialização é também um modo de relacionar-se com a vida: ao escrever, rompemos os contornos bem delineados que compõem nossa atual cartografia, produzimos aberturas, fissuras, rasgos, brechas e, com isso, permite-se a passagem de afetos inauditos. Nesse mesmo movimento implicado na desterritorialização, efetuamos uma raspagem ao desatar as amarras que asfixiam a vida, devolvendo ao corpo sua vibratibilidade. A produção de uma saúde maior passa pela possibilidade de raspar os estratos calcificados sobre os corpos e que configuram determinados modos de subjetivação, desacelerados na organização de um *Eu*. Temos, então, uma lógica do movimento, do pensamento movente, da processualidade da existência, um nomadismo, um deslocar-se de si para acolher o outro que somos.

Para Bondía (2016, p.13) “a experiência é algo que pertence aos próprios fundamentos da vida, quando a vida treme, ou se quebra, ou se desfalece”. O tremor se relaciona a uma variação nos modos de sentir, pensar e agir, que ocorre quando o encontro com o mundo nos coloca em acontecimentos desestabilizadores, que nos tocam ao ponto de exigir a constituição de novas conexões relacionais, afetivas, perceptivas e cognitivas, pois os sentidos anteriores não dão conta de apreender a intensidade que se mostra. Segundo Rolnik (2019), somos um “corpo vibrátil” (p.52), que se compõem a partir das ressonâncias com o fora de nós. Experimentar os desvios possíveis da língua, fazê-la gaguejar, pode produzir um saber-do-corpo, um saber eco-etológico: “Nessa esfera da experiência, somos constituídos pelos efeitos das forças e suas relações que agitam o fluxo vital de um mundo e que atravessam singularmente todos os corpos que o compõem, fazendo deles um só corpo, em variação contínua, quer se tenha ou não consciência disso” (ROLNIK, 2019, p. 54).

Como bem já nos propôs Deleuze, essa lógica do pensamento movente é como uma rajada de ventos que nos impele à deriva: “pensava-se estar no porto e de novo se é lançado ao mar” (DELEUZE, 2013, p. 122). É neste sentido que nos referimos à escrita como um ato perigoso. Escrever nos aproxima da morte, mas escrever nos permite experimentar a potência da vida, ou ainda, como diria Nietzsche (2007), nos possibilita a invenção de novos modos de vida, a existência como obra de arte, o pensamento-artista.

O ato da escrita não é um assunto privado. Hugo Ball (1996), no Primeiro Manifesto Dadá, já nos provocava ao afirmar que a palavra é uma questão pública de suprema importância. Portanto a palavra é sintoma da alteridade que se produz e que figura em um mundo novo, o da coletividade, pois, se eu é sempre um outro, estamos falando de agenciamentos coletivos de enunciação e, nesse sentido, da impossibilidade de afirmar um *Eu*: trata-se sempre de um *Nós*. Tal movimento nos coloca numa condição de

fronteira, mas também de porosidade, de permeabilidades possíveis, novas dobras que vão compor territórios existenciais inéditos, habitados por figuras singulares, produzidas por heterogênesse. O ato da escrita faz nascer em nós uma terceira pessoa.

Assim, emerge um elemento crucial, diríamos até revolucionário: se no ato de escrever está expressa uma condição de solidariedade em relação à alteridade e à diferença a partir de movimentos desterritorializantes, significa dizer que ela é política antes de mais nada, já que é tomada de um valor coletivo, sendo estes elementos - desterritorialização, política e coletividade - determinantes na literatura menor (DELEUZE; GUATTARI, 2014). É a partir destes componentes que se agenciam, na criação literária, a máquina de guerra.

Máquina de guerra é um conceito que remete à um modo de composição constantes de territórios existenciais e práticas que remete ao nomadismo, em oposição à subjetividade identitária e as formas de reiteração de regularidades subjetivas e objetivas através das instituições e do Estado. “O nômade com sua máquina de guerra opõe-se ao déspota com sua máquina administrativa; a unidade nomádica extrínseca se opõe à unidade despótica intrínseca” (DELEUZE, 2006, p. 327). Trata-se então de “um fluxo de guerra absoluta que escoar de um pólo ofensivo a um pólo defensivo e não é marcado senão por *quantas* (forças materiais e psíquicas que são como que disponibilidades nominais da guerra)” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 97).

Desse modo, pode-se definir máquina de guerra “como um agenciamento linear que se constrói sobre linhas de fuga”, não tendo por objeto a guerra, mas o espaço liso² “que ela compõe, ocupa e propaga”, sendo necessariamente revolucionária e artística ao mesmo tempo. (DELEUZE, 2013, p. 47). Portanto, pode-se conceber a literatura menor como uma máquina de guerra, à medida que ela desterritorializa formas, categorias, identidades, ao passo que cria zonas de intensidades que potencializam forças inventivas para forjar outros mundos e outros modos de existência, inventando o seu próprio território e perambulando por caminhos indefinidos.

A questão da composição se impõe como condição da diferença e nos permite traçar novas linhas em um conjunto de caminhos, encruzilhadas, esquinas: “Toda obra é uma viagem, um trajeto, mas que só percorre tal ou qual caminho exterior em virtude dos caminhos e trajetórias interiores que a compõe, que constituem sua paisagem ou seu concerto” (DELEUZE, 1997, p. 10).

Neste ponto, entramos na seara das sonoridades, a materialidade da palavra descolada da mudez de uma página: a palavra só ganha sentido quando expressa. *Só a expressão dá o procedimento*. Estar às voltas com um devir-palavra-matéria-som. Artaud (1984) bem nos coloca a potência do grito, da glossolalia: desterritorializar a palavra, desfuncionalizar a boca, a língua. Torcer a palavra, perturbar o equilíbrio, meter a linguagem no fio da navalha. Utilizar a literatura para inventar uma nova língua, para se despir dos códigos impressos em nossos corpos, ficcionalizar a realidade, perfurar a existência para descobrir, com Beckett (*apud* DELEUZE, 1997), *o que está escondido atrás*. Em busca de uma nova suavidade a partir e através das intensidades: a palavra é travessia, nomadismo.

A nomadologia da palavra, implicada e complicada em processos de desterritorialização e desfuncionalização da língua denuncia, em Melville (AGAMBEN, 2015), a fórmula transgressora de *Bartleby: I would prefer not to*. Preferiria não me adequar às normas. Tal fórmula coloca em movimento a abolição da referência do território, descolada tanto da afirmação quanto da negação, criando uma zona de indeterminação que desloca a apreensão

do mundo. E então é preciso criar um novo mundo, com novos contornos territoriais.

Literatura, então, é vista aqui como uma clínica: produção de desvios, produção de novos modos de vida, agenciados na extemporaneidade das escrituras que emergem de uma língua menor, a partir do delírio que a inventa. Como nos diz Deleuze: a literatura é uma saúde, libera a vida lá onde ela se separa da potência, nos permite a fabulação criadora de uma comunidade por vir. “A saúde como literatura, como escrita, consiste em inventar um povo que falta” (DELEUZE, 1997, p. 14).

Mas para que esse efeito se produza é preciso que a língua deixe de ser um *standard*, um *clichê*, aquilo que se espera - aquele fator pedagógico (deixem isso aos livros didáticos!). Aqui há que se buscar o que há de mais singular na língua: produzir um devir outro da palavra, produzir diferença, não mimetizar a sintaxe da língua, a gramática, usá-la para fazer outra coisa: escrituras a-gramaticais.

Significa produzir na língua um coeficiente de desterritorialização. Quebrar as fronteiras do território da língua, ultrapassar os limiões para um devir-cigano da linguagem, em estado nômade: ser estrangeiro na própria língua em um movimento de construção assintática: construir uma linguagem agramatical, experimentar as intensidades que habitam o fora das gramáticas.

Manoel de Barros (2015) propõe *fazer o verbo pegar delírio*: escapar da normose de um sistema linguístico dominante para, enfim, experimentar a vida no que ela pode de mais singular, na sua estranheza legítima, afirmando a potência da diferença na produção de mundos possíveis. Poesia contra a asfixia.

Considerações finais

Este ensaio foi composto a partir da noção de criação literária, entendida como contra-dispositivo agenciado através do encontro com as palavras, orientado à invenção de uma língua menor e, portanto, de modos inéditos e irrepetíveis de dizer o mundo. Nesse sentido, cartografou-se a potência deste modo de atividade criadora como estratégia possível de ativação das forças intensivas da vida para *reexistir* frente às subjetividades hegemônicas e produzir singularidades radicais, compreendendo a emergência de uma produção desejante que solicita movimento diante da asfixia reativa dos códigos dominantes.

Sustentamos a composição de nossas análises na perspectiva de pesquisa entendida como atividade criadora que constitui-se a partir de uma problemática do plano de forças por ela agenciado, mobilizado por encontros com existências que diferem e que permitem o arranjo de experiências, travessias e sentidos que produzem linhas inéditas ao pensamento e à escrita. Desse modo, fez-se conexões com interlocutores dialógicos, tendo como pressuposto metodológico a leitura transversal e a perspectiva rizomática da cartografia.

Compreendemos, com Deleuze e Guattari (2014), esse modo de criação literária no viés da literatura menor, que possibilita novas articulações semióticas que uma minoria vem a construir em uma língua maior, vetorizada pela alteridade e pela diferença, tendo assim seu fator político, coletivo e desterritorializante.

Dessa maneira, a criação literária - tal como as máquinas de guerra -, nesse sentido, propaga fluxos assintáticos e agramaticais, tensionando códigos, produzido linhas instituintes e agenciando forças voltadas à composição de um novo território existencial, sempre provisório, de modo que a literatura seja clínica: que produza bifurcações para ensaios de

possíveis modos de existência singulares. Devolver à vida sua potência, ou seja, ligá-la, no encontro com as palavras e os sons, àquilo que ela pode.

Sobre o artigo

Recebido: 29/09/2021

Aceito: 11/12/2021

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. **Bartleby, ou da contingência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ARTAUD, A. **O Teatro e Seu Duplo**. São Paulo: Max Limonad, 1984.

BALL, H. **Dada manifesto**. Flight out of time: A Dada diary, 1996.

BONDÍA, J. L. **Tremores**: Escritos sobre a Experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BARROS, M. de. **Meu quintal é maior do que o mundo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

DELEUZE, G. **Crítica e Clínica**. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997. 208 p. (Coleção TRANS)

DELEUZE, G. **A ilha deserta e outros textos**. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, G. **Conversações**. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013. 240 p. (Coleção TRANS).

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka**: por uma literatura menor. Tradução Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 (Filô/Margens).

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. v. 2. São Paulo: Editora 34, 2011. 128 p. (Coleção TRANS).

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra Neto *et al.* 1. ed. v. 3. São Paulo: Editora 34, 1997a. (Coleção TRANS).

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução Peter Pal Pelbart e Janice Caiafa. 34. ed. São Paulo: 1997b, v. 5, 264 p. (Coleção TRANS).

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1992. (Coleção TRANS).

GUATTARI, F. **El devenir de la subjetividad**: conferencias, entrevistas, diálogos (Chile, 1991). Dolmen Eds., 1998.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora. 34, p. 81-109, 1992.

GROFF, A. R.; MAHEIRIE, K.; ZANELLA, A. V. Constituição do (a) pesquisador (a) em ciências humanas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 62, n. 1, p. 97-103, 2010.

KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L.; PASSOS, E. **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, p. 32-51, 2009.

NIETZSCHE, F. **O nascimento da tragédia: ou helenismo e pessimismo**. Tradução, notas e posfácio de J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Editora Sulina, 2014.

PRADO FILHO, K. **Trajetórias para a leitura de uma história crítica das subjetividades na produção intelectual de Michel Foucault**. 1998, 297p. Tese de Doutorado (Doutor em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo: 1998.

RANCIÈRE, J. **O espectador emancipado**. Tradução Ivone C. Benedetti. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

RANCIÈRE, J. **A revolução estética e seus resultados**. Projeto Revoluções. 2014.

ROLNIK, S. **Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização**. Cultura e subjetividade: saberes nômades. Campinas: Papyrus, p. 19-24, 1997.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. n-1 edições, 2019.

SIMONDON, G. A gênese do indivíduo. **Cadernos de subjetividade**, n. 11, p. 97-118, 2003.

ZANELLA, A. V.; SAIS, A. P. Reflexões sobre o pesquisar em psicologia como processo de criação ético, estético e político. **Análise Psicológica**, v. 26, n. 4, p. 679-687, 2008.